

# COMO O AR QUE RESPIRAMOS

O sentido da cultura

PREMIO NACIONAL  
DE ENSAYO 2023

ANTONIO  
MONEGAL





Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

COMO O AR QUE RESPIRAMOS

*O sentido da cultura*

Título original: *Como el aire que respiramos*

*El sentido de la cultura*

© 2022, Antonio Monegal Brancós

© 2022, Quaderns Crema, S.A. (Acantilado, Barcelona)

Todos os direitos reservados

© desta edição:

2024, Penguin Random House Grupo Editorial, Unipessoal, Lda.

Objectiva é uma chancela de

Penguin Random House Grupo Editorial

Rua Alexandre Herculano, 50, 3.º, 1250-011 Lisboa, Portugal

correio@penguinrandomhouse.com

penguinlivros.pt

Penguin Random House Grupo Editorial apoia a proteção do *copyright*.

Este livro não pode ser reproduzido, no todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, eletrónico ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado, além do uso legal como breve citação em artigos e críticas, sem a prévia autorização por escrito do editor.

Tradução: Gonçalo Neves

Revisão: Laurinda Brandão

Paginação: Patrícia Boleto

Capa: Wonder Studio / Ana Teixeira

Imagem da capa: *The Grand Gallery*, Louvre, Paris, 1801-1805,  
Hubert Robert © Universal History Archive/Universal Images Group  
via Getty Images

Fotografia do autor © Noemí Elias

1.ª edição: abril de 2024

Depósito legal: 529569/24

ISBN: 978-989-787-787-2

Esta obra foi composta em Whitman  
e impressa sobre papel Lux Cream 70 g 2.0  
Impressão e acabamento: NORPRINT — a casa do livro

OB77872

# ÍNDICE

---

PREÂMBULO .....	11
1 A cultura é importante? .....	19
2 O valor questionado .....	29
3 De difícil definição .....	39
4 Para que serve a cultura .....	49
5 Uma caixa de ferramentas .....	61
6 Menos é mais .....	73
7 A cultura como recurso .....	83
8 Consumo e cultura de massas .....	95
9 Híbridos e globalizados .....	107
10 Memória e identidade .....	117
11 Inflexões da diferença .....	129
12 O limite da nação .....	141
13 Por uma ética cosmopolita .....	157
14 O que têm em comum a cultura e a política? .....	165
15 O que está em jogo .....	177
AGRADECIMENTOS .....	193
BIBLIOGRAFIA SELECIONADA .....	195

*Para a Carlota*

## PREÂMBULO

---

Este ensaio acabou de ser escrito durante o confinamento devido à pandemia da covid-19, na primavera de 2020, embora a maior parte já estivesse redigida e a motivação nada tenha a ver com essa conjuntura inesperada. Durante aqueles dias, a cultura demonstrou a sua capacidade para unir as pessoas que estavam separadas, dar conteúdo ao tempo e enriquecer a experiência do confinamento. Os Stay Homas a atuarem no terraço, Cesc Gelabert a dançar em casa, concertos e coros com músicos e cantores isolados em lugares distantes, mas em unísono, convites para a leitura, filmes em barda, teatro gravado, visitas virtuais a museus, conferências e debates, artistas como David Hockney a criarem e partilharem... Um sector frágil e precarizado pela ressaca interminável da crise anterior, e que tem grandes probabilidades de sofrer as consequências desta, pôs os respetivos recursos e imaginação ao serviço da sociedade quando mais falta faziam, como um bote salva-vidas no meio da tempestade. São também muitas as reflexões que o desastre suscitou — sobre o nosso lugar no mundo, a organização das nossas sociedades, a desigualdade perante o infortúnio, o futuro da democracia e a desforra

da Natureza —, que mostram a necessidade de nos dotarmos de ferramentas para compreender e responder aos desafios da existência. Recorremos a narrativas de ficção proféticas, aterradoras ou consoladoras, a utopias e distopias, para encontrar um sentido para o presente. Há ainda outra dimensão cultural que não costumamos englobar na mesma categoria, mas da qual se falou repetidamente: até que ponto o contágio e a reação dependeram de hábitos e condutas que distinguem as sociedades. A distância ou a proximidade no trato, os apertos de mão, abraços e beijos, a utilização do espaço público ou doméstico, ou o uso das máscaras, são práticas culturalmente determinadas. São modos distintos de abordar o que é e o que faz a cultura.

A cadeira que me competia ministrar na universidade durante o confinamento era dedicada à teoria da tragédia, de Aristóteles a Brecht e Artaud, George Steiner e Judith Butler, e à tradição teatral para a qual remete, desde a Atenas do século v antes de Cristo até aos nossos contemporâneos, como Wajdi Mouawad. Graças à tecnologia disponível hoje em dia conseguimos trabalhar à distância com relativa facilidade, através de videoconferências, *chats*, fóruns, leituras e vídeos *on-line*. O que há poucos anos teria sido uma barreira intransponível tornou-se, para a maioria, uma simples complicação e uma mudança de registo, embora, infelizmente, as circunstâncias pessoais de alguns estudantes os impedissem de acompanhar o curso com normalidade. Fazia-nos falta a presencialidade, e não pudemos ir ao teatro assistir a uma tragédia ao vivo, como fizemos em edições anteriores da cadeira. No entanto, a situação excecional que

atravessávamos convidava-nos, aos alunos e a mim, a refletir sobre a pertinência das lições da tragédia para o nosso presente imediato.

Em Atenas o teatro era, nessa altura, uma instituição com uma relevância social semelhante à da ágora onde se realizavam as assembleias. A participação neste ritual cívico, cuja origem é sagrada, era uma das formas de se exercer a cidadania ateniense. Graças à tragédia, o espectador tomava consciência de que o ser humano é livre e responsável pelas suas decisões, mas que a sua existência está sujeita a forças que escapam ao seu controlo — quer se chamem deuses, destino ou Natureza —, que não se pode esperar que a vida seja justa e que a desgraça, o conflito e a violência espreitam a cada esquina. A tragédia é a expressão dramática de uma visão da realidade segundo a qual o ser humano é, nas palavras de Steiner, «um hóspede inoportuno no mundo». Algo que muitas vezes esquecemos, insuflados pelo orgulho, até que uma catástrofe nos avive a memória. Os Gregos tinham-no sempre presente, não apenas porque o seu ambiente talvez fosse mais brutal e imprevisível (embora essas experiências também abundem no nosso tempo) ou porque se sentissem mais próximos do mistério, da irracionalidade ou do absurdo da existência (embora o fosse), mas porque, para eles, as artes e aquilo a que agora chamamos cultura não eram uma mera distração supérflua mas um meio para explicar o mundo, ordená-lo e dotá-lo de sentido. A tragédia era uma escola de valores e um espaço público para se debaterem os conflitos que afligiam a sociedade. Funções hoje esbatidas, mas não perdidas, do teatro, da literatura e das demais artes.



Apesar da abordagem conceptual, as preocupações subjacentes a este ensaio são de natureza eminentemente prática. Durante quatro anos, entre 2009 e 2013, tive o privilégio de ser vice-presidente do Consell de la Cultura de Barcelona, encabeçado pelo presidente da Câmara, e de presidir ao seu comité executivo, sendo responsável por aconselhar e decidir sobre alguns aspetos das políticas culturais da cidade. Era um órgão recém-criado, concebido como um instrumento de participação cívica e composto por especialistas independentes. Aqueles quatro anos de mandato decorreram num período de transição entre dois governos municipais, um socialista e o outro nacionalista, e coincidiram com o início de uma crise económica que atingiu brutalmente todos os sectores culturais, prelúdio da que enfrentamos agora, e uma das razões pelas quais o sistema cultural enfrenta a atual em condições de extrema fragilidade.

Esta experiência de imersão na gestão das políticas culturais municipais e nos debates políticos que a rodeavam implicou uma aprendizagem prática inestimável para alguém que, até então, se moveu exclusivamente no campo teórico. Barcelona é um laboratório adequado para o estudo das dinâmicas culturais devido à composição do seu tecido social e à confluência de identidades, assim como à adoção de políticas públicas com um delineamento estratégico a longo prazo, graças à continuidade da hegemonia municipal da esquerda. Com a sobreposição da transição política e da crise o modelo que prevaleceu durante décadas enfrentou um duplo obstáculo, o reajustamento ideológico e a drástica redução dos recursos públicos e do consumo privado. O primeiro foi leve,



o segundo traumático, sobretudo para um ecossistema cultural que se habituara a uma melhoria progressiva das suas condições e infraestruturas e a um compromisso decidido dos poderes públicos.

Como aconteceu com outros direitos sociais próprios do Estado social, a crise económica serviu de desculpa para questionar o modelo e a respetiva sustentabilidade, como se na época de abundância tivessem sido desperdiçados os fundos públicos. A crítica da cultura subsidiada tinha associada a constante comparação com as necessidades sociais imperiosas: a saúde, a educação, a proteção aos desempregados, as pensões, domínios em que também foram aplicados cortes. O apoio público à cultura deixava de ser visto como uma política redistributiva, de proteção dos sectores mais frágeis e democratização do acesso, para exigir ajustamentos ditados pelas leis do mercado e por uma maior participação do sector privado, num momento em que também este se via a braços com um processo de empobrecimento. No fundo, o que estava, e continua, a ser questionado é a natureza de bem comum e direito social da cultura como um dos pilares básicos do Estado social.

Ao testemunhar este retrocesso e tentar ajudar a combatê-lo por meio da pedagogia, participação em debates, redação de relatórios e proferindo declarações, percebi que os argumentos usados para defender o investimento público na cultura eram sempre os mesmos, sobretudo nos círculos políticos: a cultura é um importante motor económico e um instrumento de coesão social. Ambos os argumentos são verdadeiros, mas insuficientes. São álibis utilitaristas, focam-se

nos efeitos colaterais ao invés de explicarem o valor intrínseco da cultura. Argumentam sobre a sua utilidade como resposta a quem opina que de nada serve, mas trata-se de um argumento frágil porque não se fundamenta naquilo que propriamente a cultura faz nem para que serve a quem a consome. Ninguém toca violino, lê, vai ao teatro ou vê exposições para gerar riqueza ou coesão social.

É evidente que, se a cultura merece ser apoiada com recursos públicos, é porque tem uma função social. Se se considerar que os benefícios são apenas individuais, é mais fácil propor que o custo seja suportado por cada consumidor. Nomeadamente quando o entretenimento é encarado como mais uma forma de consumo sumptuário. No entanto, no que diz respeito à cultura como melhoria da qualidade de vida e realização pessoal dos cidadãos, deveríamos usar o mesmo critério que se aplica à educação ou à saúde: reconhecer que a soma do benefício individual possui um valor coletivo. Embora, provavelmente, este caminho não nos permita saber por que razão a cultura é um bem comum de primeira e irrenunciável necessidade.

Saí daquela imersão de quatro anos nas políticas culturais da cidade com uma dupla determinação: transferir aquela aprendizagem prática para a minha investigação académica e tentar produzir uma argumentação a favor da cultura que não se estribe em critérios utilitários, nem tão-pouco em apriorismos acerca da superioridade de certo tipo de cultura. Do meu ponto de vista, qualquer explicação do que a cultura faz tem de valer igualmente para a alta cultura, a cultura popular e a cultura de massas, sem que isso signifique que são a mesma coisa.

Tinha acumulado uma grande quantidade de documentação e de dados: números de subsídios, procedimentos de atribuição, orçamentos de organismos públicos e de investimento municipal, estruturas administrativas, regulamentos, planos estratégicos, relatórios, reivindicações dos sectores, disfunções, necessidades e debilidades do sistema. Resisti a manusear este material, não só devido à confidencialidade de parte do mesmo como porque um retrato da situação em Barcelona durante um período concreto tem um interesse conjuntural; pode ser útil para um diagnóstico, para apontar deficiências ou propor melhorias, ou servir de base a estudos de natureza histórica ou crítica, como alguns, muito valiosos, publicados sobre o chamado «modelo Barcelona», para o bem ou para o mal já obsoleto ou em vias de liquidação. Como não sou um cientista social, o manuseamento de dados quantitativos não faz parte das minhas ferramentas metodológicas. O problema que me ocupa é mais de fundo, não limitado a uma cidade ou a um país, porque é um sinal dos tempos que se traduz numa desvalorização do conceito de cultura. Decido resistir a esta tendência abordando o próprio conceito e o discurso que origina em seu redor. O desafio é claro: será possível encontrar uma resposta para a importância da cultura?

# A cultura é importante?

A ciência é tudo o que compreendemos suficientemente bem para explicar a um computador. A arte é tudo o resto que fazemos.

DONALD E. KNUTH,  
do prólogo de  $A = B$

A pergunta que dá título a este capítulo tem, implícitas, algumas outras: para quem é, ou não, importante? Porque deveria ser importante? De que cultura falamos? E a mais evidente e difícil de responder: o que entendemos por cultura? Como outros livros que têm sido editados em tempos recentes, este ensaio surge da percepção de uma ameaça e de um certo impulso combativo, de defesa. Quando alguém toma a palavra neste debate sob a invocação de uma pergunta destas, está a tomar partido e o leitor compreende de imediato que o discurso responde à necessidade de argumentar que a cultura é importante. Que parece não ter importância suficiente e que devia ser mais importante.

Em relação a esta expectativa, para não a defraudar, convém esclarecer que o meu principal propósito não é defender o valor edificante das artes e das letras nem lamentar-me pela sua cada vez maior perda de relevância no domínio privado, na cena pública e no sistema educativo. Com efeito, este é um facto e, até certo ponto, preocupa-me. Embora não acredite que se possam refrear, à força de protestos, certas dinâmicas sistémicas que fazem parte do funcionamento da própria cultura. A autonomia do campo cultural é relativa e frágil. Seria ingénuo supor que pode ser imune às pressões da economia de mercado e da sociedade de consumo. E nem tudo é negativo: ao dotar-se a própria cultura de novas ferramentas tecnológicas que reforçam a comunicação, a produção e a circulação, melhorou-se o acesso e a diversidade. Embora, como contrapartida, aumentem a banalidade, a desinformação e as bolhas cognitivas que alimentam o populismo. É impossível separar a cultura do que acontece na sociedade e, ao mesmo tempo, sem a primeira é impossível mudar a segunda. O que mais me interessa é reposicionar a reflexão em termos mais inclusivos, que partam de uma conceção atualizada sobre o que é cultura, não olhando apenas para o passado.

Alguns livros publicados acerca desta questão assumem um tom nostálgico ou apocalíptico, nomeadamente quando se referem à famosa crise das humanidades. O exemplo mais notório desta atitude reativa é o ensaio de Mario Vargas Llosa, *A civilização do espetáculo*, que costuma distinguir entre cultura e cultura, ou seja, entre a que é merecedora desse nome, a que deveras importa, e outra desvalorizada e superficial, diluída na definição antropológica do termo, a qual, segundo

ele, não é propriamente cultura. Trata-se de uma posição pouco reconhecida por ser explicitamente elitista, ao culpar a democratização pelos males que viciam a cultura, e por ser difícil convencer os outros a importarem-se com aquilo que, na realidade, não lhes importa. Para convencer os já convencidos, o esforço não se justifica. Sobretudo se partirmos do facto de que, se algo tem importância para mim, isso não significa que deva ser importante para os outros. Por isso, tentarei limitar, tanto quanto possível, o apelo à experiência subjetiva.

O contributo que as artes e as letras trouxeram à minha vida condiciona a minha perspectiva, mas é incidental para a argumentação. Poderia dizer que me ajudaram a encontrar-lhe um sentido. Dediquei-me, a nível profissional, a servi-las e a transmiti-las. Para mim, têm sido objeto de investigação e de prazer. A literatura, a filosofia, o cinema, a arte e a música têm-me acompanhado na solidão, ajudado a enfrentar a dor e a partilhar alegrias. Têm amplificado, ordenado e desordenado emoções e desejos. Têm proporcionado um marco, um cenário e, por vezes, até um guião para o amor. Tudo isto, como é evidente, não tem de ser importante para mais ninguém a não ser para mim. Nem exige que, neste momento, o conte num livro. Os especialistas mais qualificados já o explicaram melhor. Basta remeter-me às palavras de Tzvetan Todorov sobre um aspeto concreto: «Hoje, se me pergunto por que amo a literatura, a resposta que me vem espontaneamente à cabeça: porque ela me ajuda a viver» (*A literatura em perigo*). Subscrevo a sua resposta, pois define uma determinada maneira de entender a vida e a literatura que nem todas as pessoas partilham.

A literatura e as outras artes são drogas saudáveis. Ajudam a viver e combinam os efeitos de outros psicotrópicos: estimulam, evadem, aguçam a percepção, dão origem a modificações e revelações cognitivas. Como, por enquanto, o tráfico destas substâncias não é punido por lei, procuro, como missão pessoal, contagiar os meus alunos e filhos com este vício. No entanto, não quero falar apenas deste tipo de cultura mas da que afeta a vida de todos, inclusive daqueles que acreditam nada ter a ver com a mesma, porque este ensaio não faz alusão a uma vivência particular, centrando-se sobretudo na dimensão coletiva da cultura. A questão que me preocupa é a sua relevância social.

A ameaça à cultura decorre de dois erros de apreciação. O primeiro é o de quem acredita que se pode prescindir da cultura, que é um acessório mais ou menos luxuoso que complementa ou decora os aspetos primordiais da vida, os realmente importantes, que são, como todos sabem, a saúde, o amor e, acima de tudo, o dinheiro. Poderíamos denominá-lo ameaça neoliberal porque só tem em conta o que gera ganhos tangíveis, mas também tem uma faceta populista, que considera que a cultura está ao serviço dos interesses de uma elite. O segundo erro afeta aqueles que sentem que a cultura se perde ou desvaloriza porque a identificam com a sua, com a que valorizam, agoureiros da decadência que pertencem à suposta elite culta. Ainda que seja apenas por afinidade profissional faço parte desta seleta minoria, o que me torna de imediato suspeito de parcialidade neste debate. Não almejo evitar que me acusem de elitismo, desde que seja na aceção que lhe é dada pelo dicionário da Real Academia Española



— «Tendência para gostos e preferências que se distinguem do comum» —, mas parece-me uma posição pouco produtiva para argumentar sobre o significado da cultura e não quero que isso me desqualifique para discutir os interesses comuns. Os dois erros deviam poder anular-se de modo a reconduzir o debate. Convém propor outra forma de abordar a questão. Como formular uma justificação da cultura que não seja uma alegação elitista ou nostálgica?

Como pertença ao campo da teoria, a minha argumentação assenta numa reflexão teórica e numa análise que me permita dialogar, de um modo sucinto, com algumas das contribuições mais significativas para as teorias da cultura. Dificilmente será uma atenuante para a acusação de elitismo, embora, afinal de contas, os cientistas não sejam rotulados desse modo por praticarem um discurso especializado. Tentarei ser claro, porque nada se ganha tornando mais confuso o que já de si é difícil, mas espero que se note a diferença entre tropeçar nos obstáculos metodológicos ou nos ideológicos. Explicar em que consiste a cultura, como funciona e para que serve requer uma caminhada laboriosa na qual há poucos consensos ou atalhos. As definições e os modelos competem entre si. Por isso, toma-se partido ao escolher modelos teóricos e metodológicos. Ao mesmo tempo, existe outro posicionamento, o ideológico, que leva uma pessoa a alinhar-se, ou não, com diagnósticos alarmistas e pronunciamentos elegíacos.

Conforme afirmei, o que me move é o imperativo de defender a cultura perante a perceção de uma ameaça, mas não é necessário identificar essa ameaça com uma diminuição

do nível cultural da população, com a mediocrização, a trivialização ou a comercialização. Não se trata de saber se as pessoas têm critério, melhor ou pior gosto, quando selecionam o seu consumo cultural, se conhecem e apreciam as grandes obras-primas da arte, da literatura ou da música. Como é evidente, também gostaria que todas as pessoas lessem mais e frequentassem mais o teatro e o cinema. A ameaça não se restringe à qualidade nem à quantidade do que se lê, ouve ou vê. Prende-se com a falta de reconhecimento do que é e do que faz a cultura. E com a mensagem e a repercussão daquilo que se consome e se transmite, porque não é concebível que alguém possa estar fora de todo o circuito cultural. Parafraseando Jacques Derrida, *il n'y a pas de hors-culture* («não há nada fora da cultura»).

Daí ter optado por não abordar o tema na perspectiva das humanidades e da crise que enfrentam. As humanidades representam um modo específico de conhecimento, um conjunto de estudos e disciplinas cujo objeto são determinadas formas de produção cultural da humanidade, entre as quais se incluem a filosofia, a história, a literatura, as artes visuais e a música, mas não são coextensivas com o conceito, mais amplo, de cultura. Poderíamos dizer que a cultura é aquilo que as humanidades estudam e que, ao mesmo tempo, as contém, dado que as mesmas constituem uma atividade cultural. Importa, por isso, separar as duas coisas para resolver um problema que decorre em parte dessa confusão.

Antecipo-me à crítica previsível daqueles que, neste ensaio, irão sentir a falta de uma atenção específica à relação entre cultura e ciência, e o mesmo pode aduzir-se acerca

da sua relação com a educação. Gostaria de deixar claro desde o início que, como será evidente em diferentes momentos ao longo destas páginas, tenho para mim que a ciência é cultura. Não se justifica, portanto, falar de relação como se se tratasse de dois domínios separados. A divisão entre uma cultura científica e uma cultura humanística, e a necessidade de estreitar a relação entre as mesmas, foi sustentada por Charles Percy Snow, mas, como acabei de explicar, o sentido da cultura a que me refiro não se limita à cultura humanística. Além disso, não sou, nem de perto nem de longe, especialista em temas científicos, pelo que me absterei de me aventurar num campo com o qual não estou familiarizado.

Quanto à educação, que é a minha área, tenho de optar por lhe dedicar um tomo inteiro ou tratá-la pela rama. Retomarei o assunto nas conclusões: para mim, educação e cultura estão tão intimamente ligadas que me custa considerá-las em separado. Não me convence a forma de as administrar como esferas de responsabilidade política isoladas, como se uma fosse essencial e a outra acessória, e como se afetassem etapas diferenciadas e sucessivas da vida. Não considero que a minha educação está concluída, espero que continue após me aposentar, e não consigo dissociá-la de outras práticas culturais que me acompanham desde a infância. Assume-se com demasiada facilidade que uma tem a função de ensinar o útil e a outra o supérfluo.

Concordo em grande parte com os raciocínios que Nuccio Ordine expõe em *A utilidade do inútil* sobre os saberes não instrumentais: servem para tudo porque não servem para nada, isto é, porque não estão ao serviço de necessidades

concretas. Nesta época em que os benefícios da educação se medem pelas competências adquiridas que preparam para o mercado de trabalho, a liberdade em relação à servidão do útil e da produtividade pode abrir espaços para a crítica e a resistência às prescrições de um sistema que nos impede de imaginar outro mundo possível. No entanto, esta capacidade de pensar contra a corrente sem depender da utilidade nem do proveito não se restringe às humanidades entendidas da maneira tradicional, mas abrange outras atividades culturais, das ciências à banda desenhada ou ao *hip-hop*. Quando Ordine cita Georges Bataille para apelar à significação do *excedente* e do gasto de energia *supérflua*, importa lembrar que também se refere ao caráter cultural do Carnaval, do luxo e do ritual religioso. Perante a primazia da economia como administração dos recursos escassos e as mensagens de austeridade, Bataille sublinha que o excesso é próprio do ser humano e da Natureza em geral. E que nós somos um excesso e um luxo da Natureza, dispendioso a níveis catastróficos.

A consideração do papel do conhecimento humanístico é inseparável do debate acerca do valor da cultura, mas para se chegar a este ponto é necessário partir de mais longe, de uma visão de conjunto do funcionamento do sistema que não se baseie no apriorismo de uma hierarquia cultural mas que dê lugar a práticas não prestigiadas que também são cultura. Em vez de começarmos por lamentar a perda de um paraíso que talvez nunca tenha existido a não ser para um escasso número de pessoas, seria desejável resgatar o valor das humanidades através da fundamentação da razão de ser da cultura no seu sentido mais inclusivo. Além de uma controvérsia

entre alta e baixa cultura, interessa evidenciar a dimensão invisível da cultura, aquela diante da qual corremos o risco de ser como o peixe que não sabe o que é a água. A cultura como tal não está em crise, embora o conceito o esteja. Pode parecer que não é importante, pode ser negligenciada, mas não pode estar em crise porque a cultura é o quadro incontornável da nossa existência.

Perante quem vê a cultura como um componente decorativo da nossa vida quotidiana, é necessário observar que quase tudo o que é importante do que acontece ao nosso redor é, de facto, cultura, mesmo aquilo que nos conduz à destruição da Natureza. Luta-se e mata-se por cultura: a maior parte dos conflitos violentos que dilaceram o nosso mundo têm uma base cultural, étnica, religiosa, de legados coloniais ou memória de ultrajes históricos. Nem o Brexit nem a vitória de Donald Trump se explicam sem levar em conta que tanto os populismos como os nacionalismos respondem a dinâmicas culturais. As tensões identitárias, os fluxos migratórios, os choques raciais, intergeracionais e de género que agitam as nossas sociedades são manifestações de fatores culturais. Ainda que não pareça, é impossível separar o rosto hostil da cultura da sua faceta benévola e edificante e da sua vinculação às mais elevadas atividades humanas.

# Que é a cultura? Para que serve?

Entre definições simplistas, que a reduzem a um mero produto intelectual e artístico da elite, e atributos antropológicos que a descrevem como manifestação da própria humanidade, é legítimo questionar o sentido da cultura na contemporaneidade, evidenciando a sua dimensão social e agregadora?

Neste ensaio, Antonio Monegal resgata a ideia de cultura a controvérsias estereis e assume-a como uma atividade intrinsecamente política, indissociável do nosso lugar e intervenção na sociedade: um bem de primeira necessidade que nos permite pensar o mundo e enfrentar os desafios da existência, sem o qual «corremos o risco de ser como o peixe que não sabe o que é a água».

«Imprescindível»

**La Vanguardia**



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

[www.penguinlivros.pt](http://www.penguinlivros.pt)

f editoraobjectiva  
@ x penguinlivros

ISBN 9789897877872



9 789897 877872 >